



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Conflito de Competência Cível Nº: 0003715-50.2023.8.26.0000 -**

**Rancharia**

**ÓRGÃO JULGADOR: Câmara Especial**

**Suscitante: M. J. de D. da 1 V. de R.**

**Suscitado: M. J. de D. da V. Ú de I.**

**Interessados: N. LTDA , J. S. de A. J. , J. S. de A. J. me e M. P. do E. de S. P.**

**VISTOS.**

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo **MM. JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE RANCHARIA** em face do **MM. JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IEPÊ**, nos autos do pedido de tutela cautelar em caráter antecedente como medida preparatória para posterior pedido de recuperação judicial ajuizada por N. Leda e outros. (Proc. nº 1000035-96.2023.8.26.0240).

O feito foi, inicialmente, distribuído ao Juízo suscitado, o qual declinou de sua competência, por entender que, em se tratando de recuperação judicial, é competente o Juízo do local do principal estabelecimento do devedor, conforme dispõe o artigo 3º da Lei nº 11.101/2005, na hipótese a Comarca de Rancharia. Aduz que a competência é absoluta, a qual deve ser conhecida de ofício, conforme artigo 64, § 1º, do Código de Processo Civil. Ressalta que os autores possuem área de cultivo de soja e milho no município de Rancharia superior a mais de 80 vezes à área plantada no município de Iepê, ou seja, é na Comarca de Rancharia que os autores possuem maior volume de negócios, isto é, o local mais importante da atividade empresária sob o ponto de vista econômico. Diante do exposto, determinou a remessa dos autos ao Juízo Suscitante. (fls. 240/245 dos autos de origem).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Desse entendimento diverge o Juízo suscitante, ao argumento de que o Juízo competente para processar e julgar pedido de recuperação judicial é aquele situado no local do principal estabelecimento (art. 3º da Lei n. 11.101 /2005), compreendido este como o local em que se encontra “o centro vital das principais atividades do devedor”. Aduz que a regra legal estabelece critério de competência funcional, encerrando hipótese legal de competência absoluta, inderrogável e improrrogável, devendo ser aferido no momento da propositura da demanda – registro ou distribuição da petição inicial. Ressalta que, diferentemente do que considerado pelo suscitado, a maior área de plantio não constitui o centro de governança das atividades da empresa, e na espécie, o centro de tomada de decisões está localizado na Comarca de Iepê; e por essa razão deve ser declarada a competência do Juízo suscitado. (fls. 247/251 dos autos de origem).

Designo, neste momento inicial, o **Juízo suscitado (MM. JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IEPÊ)** para apreciar e decidir questões urgentes.

Int.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

**FRANCISCO BRUNO**  
**Presidente da Seção de Direito Criminal**  
**Relator**